



ESTADO DO PIAUÍ
Prefeitura Municipal de Teresina
FMS - Fundação Municipal de Saúde

Termo de Referência Definitivo Versão 03

TERMO DE REFERÊNCIA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 1 (UM) ANO, PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES E INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO, DESTINADOS A ATENDER À DEMANDA DAS DIRETORIAS TÉCNICAS (DAB, DAE E DVS) DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESINA-PI.

PROCESSO SEI Nº 00045.032548/2025-42

1. FUNDAMENTO LEGAL E CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO.

1.1. Legislação Municipal, Estadual e Federal:

1.1.1. Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

1.1.2. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

1.1.3. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;

1.1.4. DECRETO Nº 24.006, DE 24 DE ABRIL DE 2023, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências;

1.1.5. DECRETO Nº 24.693, DE 25 DE AGOSTO DE 2023, que dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência (TR), para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, e dá outras providências;

1.1.6. DECRETO Nº 24.749, DE 5 DE SETEMBRO DE 2023, que regula a atuação dos órgãos de assessoramento jurídico da Administração Municipal Direta, Autárquica e Fundacional em processos de contratação, nos termos do art. 53, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dá outras providências;

1.1.7. DECRETO Nº 24.750, DE 5 DE SETEMBRO DE 2023, que regulamenta o disposto no § 3º, do art. 8º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, e dá outras providências;

1.1.8. DECRETO Nº 25.627, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2024. Regulamenta os arts. 82 a 86, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o Sistema de Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional;

1.1.9. DECRETO Nº 24.959, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023, que dispõe sobre a regulamentação da fase externa dos processos licitatórios e a formação de comissões especiais de licitação pelos órgãos e entidades da Administração Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, na forma que especifica;

1.1.10. DECRETO Nº 25.678, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2024, que regulamenta, no âmbito do Município de Teresina, o credenciamento, procedimento auxiliar nas licitações e contratações realizadas com base na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

1.1.11. DECRETO Nº 26.155, DE 24 DE ABRIL DE 2024. Regulamenta a atuação do controle interno nas contratações públicas na Administração Municipal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências;

1.1.12. PORTARIA Nº 240 /2024, DE 26 DE JUNHO DE 2024, que define lista de bens e serviços corporativos, nos termos do art. 40, parágrafo único do Decreto Municipal nº 25.627, de 1º de fevereiro de 2024.

1.1.13. DECRETO Nº 13.289, DE 29 DE MAIO DE 2013, que DETERMINA A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI E DO SISTEMA DE CUSTOS DE OBRAS RODOVIÁRIAS - SICRO COMO REFERENCIAIS PARA A DEFINIÇÃO DO CUSTO GLOBAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TERESINA.

1.1.14. DECRETO Nº 21.978, DE 5 DE JANEIRO DE 2022, que Altera o art. 2º, do Decreto nº 13.289, de 29 de maio de 2013, que “Determina a utilização do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI e do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias - SICRO como referenciais para a definição do custo global de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Teresina”, no tocante à data base dos custos unitários de insumos ou serviços utilizados nas obras e serviços de Engenharia, no âmbito do Município de Teresina.

1.1.15. DECRETO Nº 22.042, DE 24 DE JANEIRO DE 2022, que Aprova a INSTRUÇÃO NORMATIVA que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços de referência que irão embasar as contratações, alterações ou prorrogações contratuais para aquisição de bens e prestação de serviços comuns, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, na forma que especifica.

1.1.16. Decreto Estadual 21.872, de 07 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 no âmbito do Poder Executivo Estadual, para tratar de governança, fase preparatória e procedimental das licitações e contratações diretas para a aquisição de bens, contratações de serviços, obras e serviços de engenharia e sobre bens de luxo.

1.2. Classificação do Objeto:

1.2.1. O objeto da presente contratação consiste no fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado, enquadrando-se como bem e serviço comum, nos termos do art. 6º, incisos XIII e XLI, da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência, mediante especificações usuais de mercado.

1.2.2. A contratação será realizada por meio de PREGÃO ELETRÔNICO, adotando-se o critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM, com utilização do Sistema de Registro de Preços, nos termos dos arts. 28, inciso I, 33, inciso I, e 82 da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza padronizada dos equipamentos e da necessidade de contratações futuras e parceladas conforme a demanda da Fundação Municipal de Saúde.

1.2.3. A instalação dos equipamentos possui natureza acessória e complementar ao fornecimento principal, compreendendo os serviços necessários à montagem, fixação, interligação, testes, funcionamento e entrega dos aparelhos em perfeitas condições de uso, observadas as normas técnicas aplicáveis e as especificações constantes neste Termo de Referência.

2. OBJETO E QUANTIDADE DE SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS.

2.1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 1 (UM) ANO, PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES E INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO, DESTINADOS A ATENDER À DEMANDA DAS DIRETORIAS TÉCNICAS (DAB, DAE E DVS) DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESINA-PI., que será realizado através de Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme Anexo I - Planilha Orçamentária Completa (Ar-Condicionado) ([15441292](#)) e especificações da tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CÓDIGO DO BEM/SERVIÇO (e-governe)	CÓDIGO DO BEM/SERVIÇO (CATMAT)	QUANTIDADE REDE	RESERVA TÉCNICA (25%)	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR TOTAL
1	AR CONDICIONADO DO SPLIT	UN.	4775	456466	107	27	134	R\$ 2.707,89	R\$ 362.857,26

	ON/OFF OU INVERT ER, HI- WALL (PARED E), 9000 BTUS/H , CICLO FRIO - FORNE CIMEN TO E INSTAL AÇÃO								
2	AR CONDI CIONA DO SPLIT ON/OFF OU INVERT ER, HI- WALL (PARED E), 12000 BTUS/H , CICLO FRIO - FORNE CIMEN TO E INSTAL AÇÃO	UN.	3466	440744	293	73	366	R\$ 3.127,79	R\$ 1.144.77 1,14
3	AR CONDI CIONA DO SPLIT ON/OFF OU INVERT ER, HI- WALL (PARED E), 18000 BTUS/H , CICLO FRIO - FORNE CIMEN TO E INSTAL AÇÃO	UN.	37840	440745	131	32	163	R\$ 4.283,80	R\$ 698.259, 40
4	AR CONDI CIONA DO	UN.	31707	440747	55	13	68	R\$ 6.328,68	R\$ 430.350, 24

	SPLIT ON/OFF OU INVERT ER, HI- WALL (PARED E), 24000 BTUS/H , CICLO FRIO - FORNE CIMEN TO E INSTAL AÇÃO								
5	AR CONDI CIONA DO SPLIT ON/OFF OU INVERT ER, HI- WALL (PARED E), 30.000 BTU/H, CICLO FRIO - FORNE CIMEN TO E INSTAL ACAO	UN.	30950	440748	53	13	66	R\$ 8.377,77	R\$ 552.932, 82
6	AR CONDI CIONA DO SPLIT ON/OFF OU INVERT ER, PISO TETO, 36.000 BTU/H, CICLO FRIO - FORNE CIMEN TO E INSTAL AÇÃO	UN.	49282	398564	25	06	31	R\$ 11.568,5 2	R\$ 358.624, 12
7	AR CONDI CIONA	UN.	49284	480929	16	04	20	R\$ 16.410,3 8	R\$ 328.207, 60

DO SPLIT ON/OFF OU INVERT ER, PISO TETO, 60.000 BTU/H, CICLO FRIO - FORNE CIMEN TO E INSTAL AÇÃO									
VALOR TOTAL ESTIMADO									R\$ 3.876.00 2,58

2.2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

2.2.1. A definição dos quantitativos estimados para a presente contratação foi realizada com base em levantamento técnico promovido pelas Diretorias Executivas da Fundação Municipal de Saúde, especialmente pela Diretoria de Atenção Básica (DAB), Diretoria de Atenção Especializada (DAE) e Diretoria de Vigilância em Saúde (DVS), considerando as necessidades operacionais das unidades de saúde e setores administrativos vinculados.

2.2.2. O levantamento contemplou a identificação da demanda atual de aparelhos de ar condicionado destinados à substituição de equipamentos inoperantes, obsoletos ou sem condições adequadas de funcionamento, bem como à ampliação e adequação da climatização de ambientes assistenciais, administrativos e técnicos da rede municipal de saúde.

2.2.3. Para definição das quantidades, foram observados critérios relacionados à capacidade necessária dos equipamentos, características físicas dos ambientes, demanda de climatização das unidades, histórico de consumo, inexistência de saldo contratual vigente suficiente para atendimento das solicitações e ausência de estoque disponível no patrimônio da Fundação Municipal de Saúde.

2.2.4. Os quantitativos estimados também consideraram as solicitações formalizadas pelas Diretorias interessadas nos Processos SEI nº 00045.011027/2025-79 e nº 00045.020492/2025-22, visando assegurar atendimento adequado às necessidades da rede pública municipal de saúde durante a vigência da futura Ata de Registro de Preços.

2.3. RESERVA TÉCNICA:

2.3.1. Considerando a natureza essencial dos serviços prestados nas unidades vinculadas à Fundação Municipal de Saúde, faz-se necessária a previsão de reserva técnica de equipamentos, com o objetivo de assegurar a continuidade da climatização dos ambientes assistenciais, administrativos e técnicos, evitando interrupções decorrentes de falhas inesperadas, obsolescência, danos irreparáveis, casos fortuitos, força maior ou surgimento de novas demandas durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

2.3.2. A reserva técnica também se justifica em razão da possibilidade de ampliação da rede de atendimento, adequação de novos ambientes, substituição emergencial de equipamentos inoperantes e emissão de laudos técnicos que indiquem a inviabilidade de manutenção dos aparelhos atualmente em uso.

2.3.3. Dessa forma, visando garantir maior segurança administrativa, eficiência operacional e continuidade dos serviços públicos de saúde, foi adotado acréscimo estimado de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre os quantitativos inicialmente levantados pelas Diretorias demandantes, observando-se as disposições legais aplicáveis e o planejamento institucional da contratação.

2.3.4. A previsão de reserva técnica assegura maior capacidade de resposta da Administração diante de necessidades supervenientes, reduzindo riscos de descontinuidade dos serviços e proporcionando maior eficiência na gestão da climatização das unidades de saúde da rede municipal.

2.4. TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

2.4.1. Em observância ao disposto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, bem como ao art. 4º da Lei nº 14.133/2021, a presente licitação assegurará tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), visando promover o desenvolvimento econômico local e regional, ampliar a competitividade e incentivar a participação de empresas de menor porte nas contratações públicas.

2.4.2. Considerando que o objeto da contratação possui natureza divisível, será adotada cota reservada para participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte correspondente a 6% (seis por cento) do quantitativo total de cada item licitado, nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

2.4.3. A definição do percentual de 6% (seis por cento) para a cota reservada decorre de critérios de razoabilidade administrativa, eficiência logística e preservação da competitividade do certame, considerando as particularidades do objeto, a natureza técnica dos equipamentos, a necessidade de fornecimento com instalação inclusa e os quantitativos reduzidos de determinados itens, especialmente aqueles de maior capacidade, os quais possuem menor disponibilidade de fornecedores especializados no mercado.

2.4.4. A adoção de percentual reduzido busca evitar prejuízos à economicidade, riscos de fracasso da cota reservada, descontinuidade do fornecimento ou formação de parcelas operacionalmente inviáveis, preservando, ao mesmo tempo, a participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no certame.

2.4.5. O parcelamento quantitativo do objeto mostra-se técnica e economicamente viável, não comprometendo a padronização dos equipamentos, a eficiência operacional da contratação ou a execução contratual, além de possibilitar maior ampliação da disputa e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

2.4.6. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou aos licitantes remanescentes, desde que aceitem fornecer o objeto pelo mesmo valor da proposta vencedora da cota principal, observada a ordem de classificação.

2.4.7. Caso a mesma empresa seja vencedora da cota principal e da cota reservada, a contratação ocorrerá pelo menor preço ofertado.

2.4.8. Nas aquisições decorrentes da Ata de Registro de Preços, será assegurada prioridade de contratação dos quantitativos vinculados à cota reservada, quando adjudicados a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação aplicável.

2.4.9. Os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 não serão aplicados às empresas que se enquadrem nas hipóteses de vedação previstas no art. 4º da Lei nº 14.133/2021, cabendo ao licitante comprovar o atendimento aos requisitos legais para fruição do tratamento favorecido.

2.4.10. Para fins de aplicação da cota reservada prevista neste Termo de Referência, os quantitativos serão distribuídos da seguinte forma:

COTA PRINCIPAL (AMPLA CONCORRÊNCIA 94%)							
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CÓDIGO DO BEM/SERVIÇO (E-Governe)	CÓDIGO DO BEM/SERVIÇO (CATMAT)	QTDE TOTAL	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR TOTAL
1	AR CONDICIONADO SPLIT ON/OFF, HI-WALL (PAREDE), 9000 BTUS/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN.	4775	456466	125	R\$ 2.707,89	R\$ 338.486,25
2	AR CONDICIONADO SPLIT ON/OFF, HI-WALL (PAREDE), 12000 BTUS/H, CICLO FRIO -	UN.	3466	440744	344	R\$ 3.127,79	R\$ 1.075.959,76

	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO						
3	AR CONDICIONADO SPLIT ON/OFF, HI-WALL (PAREDE), 18000 BTUS/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN.	37840	440745	153	R\$ 4.283,80	R\$ 655.421,40
4	AR CONDICIONADO SPLIT ON/OFF, HI-WALL (PAREDE), 24000 BTUS/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN.	31707	440747	63	R\$ 6.328,68	R\$ 398.706,84
5	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 30.000 BTU/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN.	30950	440748	62	R\$ 8.377,77	R\$ 519.421,74
6	AR CONDICIONADO SPLIT ON/OFF, PISO TETO, 36.000 BTU/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN.	49282	398564	29	R\$ 11.568,52	R\$ 335.487,08
7	AR CONDICIONADO SPLIT ON/OFF, PISO TETO, 60.000 BTU/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN.	49284	480929	18	R\$ 16.410,38	R\$ 295.386,84

COTA RESERVADA PARA ME/EPP/MEI (6%)							
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CÓDIGO DO BEM/ SERVIÇO (E-Governe)	CÓDIGO DO BEM/ SERVIÇO (CATMAT)	QTDE TOTAL	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR TOTAL
8	AR CONDICIONADO SPLIT ON/OFF, HI-WALL (PAREDE), 9000	UN.	4775	456466	09	R\$ 2.707,89	R\$ 24.371,01

	BTUS/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO						
9	AR CONDICIONADO SPLIT ON/OFF, HI-WALL (PAREDE), 12000 BTUS/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN.	3466	440744	22	R\$ 3.127,79	R\$ 68.811,38
10	AR CONDICIONADO SPLIT ON/OFF, HI-WALL (PAREDE), 18000 BTUS/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN.	37840	440745	10	R\$ 4.283,80	R\$ 42.838,00
11	AR CONDICIONADO SPLIT ON/OFF, HI-WALL (PAREDE), 24000 BTUS/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN.	31707	440747	05	R\$ 6.328,68	R\$ 31.643,40
12	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 30.000 BTU/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN.	30950	440748	04	R\$ 8.377,77	R\$ 33.511,08
13	AR CONDICIONADO SPLIT ON/OFF, PISO TETO, 36.000 BTU/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN.	49282	398564	02	R\$ 11.568,52	R\$ 23.137,04
14	AR CONDICIONADO SPLIT ON/OFF, PISO TETO, 60.000 BTU/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN.	49284	480929	02	R\$ 16.410,38	R\$ 32.820,76

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O presente documento visa analisar a viabilidade da contratação para Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, para futuras e eventuais aquisições e instalações de aparelhos de ar-condicionado tipo split, destinados a atender às demandas das Diretorias Técnicas da Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI, compreendendo a Diretoria de Atenção Básica (DAB), Diretoria de Atenção Especializada (DAE) e Diretoria de Vigilância em Saúde (DVS), com a finalidade de garantir condições adequadas de funcionamento das unidades de saúde, setores administrativos e demais imóveis vinculados à Fundação Municipal de Saúde, assegurando conforto térmico, salubridade, eficiência operacional e melhoria da qualidade dos serviços públicos de saúde prestados à população.

3.2. A justificativa para a realização da presente contratação fundamenta-se na necessidade urgente de reposição e ampliação dos sistemas de climatização existentes nas unidades vinculadas às Diretorias Técnicas da Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI, considerando que diversos equipamentos atualmente instalados encontram-se com vida útil esgotada, apresentando falhas recorrentes, baixa eficiência energética e, em muitos casos, impossibilidade técnica ou econômica de manutenção corretiva. Soma-se a isso a inexistência de equipamentos disponíveis em estoque no Núcleo de Patrimônio da Fundação Municipal de Saúde - NUPA/FMS, conforme informado no Processo SEI nº 00045.016120/2025-17, situação que compromete diretamente a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pelas unidades assistenciais e administrativas da rede municipal de saúde.

3.3. A problemática central que motiva a presente contratação envolve a necessidade de garantir condições adequadas de climatização nos ambientes assistenciais e administrativos vinculados à DAB, DAE e DVS, especialmente em razão das elevadas temperaturas registradas no município de Teresina-PI ao longo de praticamente todo o ano. A ausência ou insuficiência de climatização adequada impacta diretamente o conforto térmico, a produtividade dos profissionais, a permanência dos usuários nas unidades de saúde e a preservação de medicamentos, insumos e equipamentos sensíveis às variações de temperatura. Além disso, as unidades de saúde municipais possuem ambientes essenciais ao atendimento da população, tais como salas de vacinação, consultórios médicos e odontológicos, salas de enfermagem, salas de procedimentos, farmácias, recepções e setores administrativos, nos quais a climatização adequada constitui requisito indispensável para manutenção da ambiência sanitária, qualidade do atendimento e condições mínimas de funcionamento.

3.4. O impacto positivo decorrente da aquisição e instalação dos aparelhos de ar-condicionado será expressivo, refletindo diretamente na melhoria das condições de atendimento à população e no fortalecimento da infraestrutura operacional das unidades de saúde vinculadas à Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI. A modernização dos sistemas de climatização proporcionará maior conforto térmico aos usuários e servidores, melhoria das condições de trabalho, redução do desgaste físico dos profissionais, maior eficiência operacional e melhores condições de conservação de medicamentos, vacinas, materiais hospitalares e equipamentos eletrônicos. Além disso, a substituição de equipamentos antigos por aparelhos mais modernos e eficientes contribuirá para redução do consumo de energia elétrica, diminuição dos custos de manutenção corretiva e maior confiabilidade operacional dos sistemas de climatização instalados nas unidades da rede municipal de saúde.

3.5. A presente contratação também se justifica pela necessidade de garantir maior eficiência administrativa e operacional no atendimento das demandas contínuas e variáveis das unidades vinculadas às Diretorias Técnicas da Fundação Municipal de Saúde, considerando que as necessidades de substituição, ampliação e instalação de novos equipamentos de climatização ocorrem de forma permanente ao longo do exercício. Nesse contexto, a adoção do Sistema de Registro de Preços apresenta-se como solução mais adequada para a Administração Pública, permitindo maior flexibilidade nas contratações, atendimento parcelado conforme a necessidade das unidades, racionalização dos gastos públicos, redução da realização de procedimentos licitatórios repetitivos e maior eficiência na gestão dos recursos públicos destinados à manutenção da infraestrutura das unidades de saúde.

3.6. Considerando a quantidade expressiva de unidades de saúde, setores administrativos e demais imóveis sob responsabilidade destas diretorias da Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI, distribuídos em diversas regiões do município, bem como a natureza contínua, variável e, por vezes, emergencial das demandas relacionadas à substituição, ampliação e instalação de equipamentos de climatização, a adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, mostra-se o procedimento mais adequado para a presente contratação. Tal instrumento possibilita à Administração Pública realizar contratações futuras e eventuais de forma parcelada, conforme a efetiva necessidade das unidades demandantes, mediante prévia seleção de fornecedores, proporcionando maior economicidade, flexibilidade, eficiência administrativa e agilidade na execução das contratações, sem a necessidade de realização de múltiplos procedimentos licitatórios ao longo do exercício. Além disso, o Sistema de Registro de Preços permite melhor gerenciamento das demandas, otimização da aplicação dos recursos públicos e maior compatibilidade entre as contratações realizadas e a disponibilidade orçamentária da Administração.

3.7. Em conclusão, a necessidade da contratação para aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado tipo split fundamenta-se na relevância de assegurar condições adequadas de funcionamento das unidades de saúde e setores administrativos vinculados às Diretorias Técnicas da Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI, garantindo conforto térmico, salubridade, eficiência operacional e melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à população. A contratação representa medida essencial para fortalecimento da infraestrutura da rede municipal de saúde, assegurando melhores condições de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, preservação adequada de insumos e medicamentos, valorização das condições de trabalho dos profissionais de saúde e maior eficiência na prestação dos serviços públicos municipais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação refere-se ao Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições e instalações de aparelhos de ar-condicionado tipo split, destinados ao atendimento das demandas das Diretorias Técnicas da Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI, compreendendo a Diretoria de Atenção Básica (DAB), Diretoria de Atenção Especializada (DAE) e Diretoria de Vigilância em Saúde (DVS), incluindo o fornecimento dos equipamentos, materiais, acessórios e serviços necessários à completa instalação e funcionamento dos sistemas de climatização.

4.2. A contratada deverá obrigatoriamente obedecer aos requisitos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência, no edital e nos demais documentos da contratação, sem prejuízo de outras exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, na regulamentação municipal aplicável e nas normas técnicas pertinentes ao objeto.

4.3. A definição das especificações técnicas mínimas dos equipamentos tem por finalidade assegurar que os aparelhos de ar-condicionado atendam adequadamente às necessidades da Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI, garantindo desempenho, durabilidade, segurança, eficiência energética, conforto térmico e compatibilidade com o uso contínuo em unidades de saúde, ambientes assistenciais, administrativos e demais imóveis vinculados às Diretorias Técnicas demandantes.

4.4. As especificações estabelecidas para os aparelhos de ar-condicionado constituem requisitos mínimos de qualidade e desempenho, sendo admitidos produtos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente à finalidade pública da contratação, vedado qualquer direcionamento indevido para marca, fabricante ou fornecedor específico.

4.5. Os equipamentos fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, acondicionados adequadamente em embalagem original do fabricante ou equivalente, acompanhados de manual em português, acessórios necessários ao pleno funcionamento, controle remoto, suportes, componentes de instalação e garantia mínima conforme especificação deste Termo de Referência.

4.6. Os equipamentos sujeitos à regulamentação compulsória deverão possuir certificação, selo de identificação da conformidade, Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE e/ou Selo Procel de Economia de Energia ou documentação equivalente emitida ou reconhecida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, observadas as normas vigentes de segurança, desempenho e eficiência energética.

4.7. A exigência de certificação, selo ou etiquetagem pelo INMETRO justifica-se pela necessidade de assegurar que os equipamentos fornecidos atendam aos padrões mínimos de segurança, qualidade, eficiência energética e conformidade técnica exigidos para comercialização no território nacional, reduzindo os riscos de aquisição de produtos inadequados, inseguros ou incompatíveis com a utilização em ambientes públicos de saúde.

4.8. A comprovação da conformidade dos equipamentos poderá ocorrer mediante apresentação de selo, etiqueta, certificado, manual técnico, ficha técnica, catálogo do fabricante, consulta aos bancos oficiais de dados ou qualquer outro documento idôneo que demonstre o atendimento às especificações técnicas exigidas pela Administração.

4.9. A exigência de aparelhos de ar-condicionado com capacidades distintas, tais como 9.000 BTU/h, 12.000 BTU/h, 18.000 BTU/h, 24.000 BTU/h, 30.000 BTU/h, 36.000 BTU/h e 60.000 BTU/h, justifica-se pela diversidade dos ambientes pertencentes à Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI, considerando diferenças de área, circulação de pessoas, características construtivas, utilização dos ambientes e finalidades específicas de cada unidade administrativa ou assistencial.

4.10. A contratação contempla equipamentos do tipo Split Hi-Wall e Piso Teto, considerando as particularidades dos ambientes a serem atendidos, visando garantir melhor adequação técnica, eficiência operacional e atendimento às necessidades de climatização das unidades vinculadas às Diretorias Técnicas da Fundação Municipal de Saúde.

4.11. Os equipamentos deverão possuir tensão elétrica compatível com as instalações existentes nas unidades atendidas, baixo nível de ruído, gás refrigerante adequado às normas ambientais vigentes, filtros de ar

e demais funcionalidades necessárias ao adequado desempenho dos sistemas de climatização.

4.12. Para fins de qualificação técnico-operacional, a licitante deverá comprovar capacidade compatível com o objeto mediante apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem experiência anterior no fornecimento OU instalação de aparelhos de ar-condicionado, ou na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

4.12.1. Não será exigida experiência cumulativa em fornecimento e instalação, sendo suficiente a comprovação de experiência em qualquer uma dessas atividades, sem prejuízo da possibilidade de apresentação de atestados que contemplem ambas.

4.12.2. Será admitida a apresentação de mais de um atestado de capacidade técnica, inclusive atestados distintos relativos a fornecimento e instalação, não sendo estabelecido quantitativo mínimo de equipamentos ou capacidade térmica mínima em BTU/h como condição de qualificação.

4.12.3. Os atestados deverão conter elementos suficientes para identificação do emitente e caracterização do objeto anteriormente executado, de modo a permitir a verificação de sua compatibilidade com a presente contratação, podendo a Administração promover diligências para confirmação das informações apresentadas.

4.12.4. A responsabilidade técnica pelos serviços de instalação deverá ser atribuída a profissional legalmente habilitado, com atribuições compatíveis com o objeto, admitindo-se:

I - Engenheiro Mecânico regularmente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA; ou

II - Técnico em Refrigeração e Ar-Condicionado, Técnico em Mecânica ou Técnico em Eletromecânica, regularmente registrado no Conselho Regional dos Técnicos Industriais - CRT, desde que suas atribuições profissionais sejam compatíveis com os serviços a serem executados.

4.12.5. Não será exigido que o profissional indicado integre o quadro permanente da licitante na data da licitação, sendo admitida a comprovação de sua disponibilidade mediante carteira de trabalho, contrato social ou estatuto, contrato de trabalho ou de prestação de serviços, declaração de disponibilidade, compromisso de contratação futura, vínculo profissional futuro ou outro documento idôneo.

4.12.6. A aceitação do profissional dependerá da comprovação de regularidade perante o respectivo conselho profissional e da compatibilidade de suas atribuições com a natureza dos serviços de instalação previstos na contratação.

4.12.7. O profissional indicado somente poderá ser substituído por outro de qualificação equivalente ou superior, mediante prévia aprovação da Administração.

4.12.8. Antes do início dos serviços de instalação, o responsável técnico deverá providenciar o registro da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, no Sistema CONFEA/CREA, ou do Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, no Sistema CFT/CRT, conforme o caso, devendo ser apresentada cópia à fiscalização contratual.

4.12.9. Os serviços de instalação somente poderão ser iniciados após a formalização da responsabilidade técnica correspondente, sendo de responsabilidade da contratada eventual atraso decorrente do descumprimento dessa obrigação.

4.13. A contratada deverá disponibilizar equipe capacitada e em quantidade suficiente para execução dos serviços de instalação, desinstalação, substituição e adequação dos equipamentos, sob supervisão do profissional legalmente habilitado indicado nos termos do item 4.12, responsabilizando-se integralmente pela adequada execução e pelo correto funcionamento dos equipamentos fornecidos e instalados.

4.14. Quando necessário, a contratada deverá realizar a desinstalação dos equipamentos existentes para posterior instalação dos novos aparelhos, observando os procedimentos técnicos adequados para preservação da infraestrutura existente e segurança dos serviços executados.

4.15. A instalação dos equipamentos deverá contemplar todos os materiais, acessórios e componentes necessários ao pleno funcionamento dos aparelhos, incluindo suportes, tubulações, conexões, drenos, isolamentos, cabeamentos e demais itens indispensáveis à completa execução dos serviços.

4.16. A contratada deverá possuir capacidade logística suficiente para realizar o transporte, entrega e instalação dos equipamentos nas unidades de saúde, setores administrativos e demais imóveis vinculados à Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI, garantindo a integridade dos equipamentos durante todas as etapas de execução contratual.

4.17. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, regulamentações do INMETRO, Normas

Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e demais legislações pertinentes ao objeto contratado.

4.18. Os serviços deverão ser executados observando as condições de segurança do trabalho, cabendo à contratada fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPCs necessários à adequada execução das atividades.

4.19. Os serviços de instalação deverão ser realizados de forma a minimizar impactos ao funcionamento das unidades de saúde, evitando interrupções desnecessárias nas atividades assistenciais e administrativas desenvolvidas pela Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI.

4.20. Os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionados e protegidos contra riscos, impactos, avarias, umidade ou quaisquer danos decorrentes do transporte, armazenamento ou manuseio inadequado.

4.21. A contratada deverá substituir, sem ônus adicional para a Administração, os equipamentos que apresentarem defeitos de fabricação, avarias, incompatibilidade com as especificações técnicas, ausência de acessórios, falhas de funcionamento ou qualquer desconformidade em relação às exigências da contratação.

4.22. A contratada deverá atender prontamente às solicitações da Administração relacionadas ao objeto contratado, inclusive quanto à substituição de equipamentos, correção de falhas, apresentação de documentos técnicos e esclarecimentos necessários à fiscalização contratual.

4.23. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

4.24. A contratada será integralmente responsável pelos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas, previdenciários, transporte, frete, seguros, tributos e demais despesas necessárias ao cumprimento integral da contratação.

4.25. Não haverá indicação de marcas ou modelos específicos para os equipamentos objeto da contratação, devendo os produtos ofertados atender integralmente às especificações técnicas e requisitos mínimos estabelecidos pela Administração, em observância ao disposto no art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

4.26. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante dos equipamentos, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

4.27. A contratação deverá observar princípios e práticas de sustentabilidade, especialmente quanto à utilização de equipamentos com maior eficiência energética, redução do consumo de energia elétrica, destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados e adoção de práticas que minimizem impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços.

4.28. Os serviços deverão ser executados por empresa apta ao cumprimento do objeto, em conformidade com a legislação vigente, as normas técnicas aplicáveis e as exigências estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais documentos da contratação, cabendo à contratada observar, durante a execução, todas as obrigações profissionais, técnicas e regulamentares aplicáveis às atividades efetivamente desempenhadas.

5. DIRETRIZES DA CONTRATAÇÃO

5.1. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

5.1.1. **Não será admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio** na presente licitação, tendo em vista que o objeto consiste no fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado tipo split, caracterizando-se como contratação de baixa complexidade técnica e amplamente executada por empresas atuantes no mercado.

5.1.2. A vedação à participação de consórcios fundamenta-se no fato de que a execução do objeto não demanda a conjugação de capacidades técnicas, operacionais ou financeiras de múltiplas empresas, inexistindo justificativa técnica que recomende a formação consorciada.

5.1.3. Ademais, a admissão de consórcios poderia reduzir a competitividade do certame e dificultar a fiscalização contratual, sem trazer benefícios concretos à Administração Pública.

5.2. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.2.1. Fica **VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO TOTAL OU PARCIAL** do objeto.

5.2.2. A vedação decorre do fato de que o fornecimento do equipamento e sua correspondente instalação integram uma única composição de preço no Anexo I - Planilha Orçamentária Completa (Ar-Condicionado) ([15441292](#)) e constituem obrigação indivisível para fins de responsabilidade contratual, medição, recebimento, garantia e pagamento.

5.2.3. A contratada deverá executar diretamente o fornecimento e a instalação dos equipamentos, permanecendo integralmente responsável pela equipe, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, testes, funcionamento, garantia e correção de eventuais falhas

5.3. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

5.3.1. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual possui caráter facultativo, devendo observar a natureza, complexidade e os riscos inerentes à contratação.

5.3.2. No presente caso, trata-se de contratação destinada ao fornecimento e instalação de equipamentos padronizados, amplamente disponíveis no mercado, sem complexidade técnica elevada e com reduzido risco de inadimplemento contratual.

5.3.3. Além disso, a contratação será acompanhada por fiscalização técnica da Administração, sendo o pagamento condicionado ao recebimento definitivo dos equipamentos e serviços executados, circunstâncias que reduzem significativamente os riscos da contratação.

5.3.4. Dessa forma, **não será exigida garantia contratual**, considerando que sua imposição poderia restringir a competitividade do certame e elevar os custos indiretos da contratação, sem benefício proporcional à Administração Pública.

5.4. VISTORIA

5.4.1. Para fins de participação no certame, fica dispensada a realização de vistoria técnica prévia nos locais de instalação dos equipamentos, considerando que o objeto possui características comuns e padronizadas, sendo suficientes as informações constantes no Termo de Referência, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos disponibilizados pela Administração.

5.4.2. A licitante deverá apresentar declaração formal de pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto, assumindo integral responsabilidade por eventuais custos adicionais decorrentes da ausência de conhecimento prévio das condições locais.

5.4.3. A declaração de conhecimento deverá atestar que a licitante possui ciência das condições de acesso, logística, fornecimento, instalação, infraestrutura elétrica existente e demais particularidades necessárias à perfeita execução do objeto, não podendo alegar posteriormente desconhecimento para pleitear alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro ou descumprimento de obrigações assumidas.

5.4.4. A dispensa de vistoria objetiva ampliar a competitividade do certame, reduzir custos operacionais para os licitantes e evitar exigências desnecessárias, em conformidade com os princípios da razoabilidade, competitividade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.5. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

5.5.1. Não será admitida a participação de cooperativas na presente licitação, considerando que o objeto envolve o fornecimento e a instalação de aparelhos de ar condicionado, serviços que demandam execução técnica padronizada, responsabilidade operacional direta e gerenciamento contínuo das equipes responsáveis pela instalação dos equipamentos.

5.5.2. A vedação à participação de cooperativas justifica-se em razão das possíveis implicações decorrentes da ausência de vínculo de subordinação entre cooperados e cooperativa, circunstância que pode comprometer a adequada execução contratual, a fiscalização dos serviços e a pronta substituição de profissionais que eventualmente executem os serviços em desconformidade com as exigências técnicas e contratuais estabelecidas pela Administração.

5.5.3. Ademais, a execução do objeto exige controle operacional, padronização dos procedimentos de instalação, cumprimento rigoroso de prazos, responsabilidade técnica e observância das normas de segurança elétrica e de climatização, fatores que recomendam a contratação de empresa com estrutura organizacional compatível com as obrigações contratuais assumidas.

5.5.4. Dessa forma, a vedação à participação de cooperativas busca resguardar a eficiência da execução contratual, a segurança dos serviços e o interesse público, sem prejuízo à competitividade do certame, considerando a ampla existência de empresas especializadas aptas à execução do objeto.

5.6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E IMPACTOS AMBIENTAIS

5.6.1. Os equipamentos deverão possuir Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, emitida ou reconhecida pelo INMETRO, e/ou Selo Procel de Economia de Energia, quando aplicável ao modelo e à categoria do equipamento, observada a classe mínima de eficiência definida neste Termo de Referência.

5.6.2. Os aparelhos deverão utilizar, preferencialmente, fluido refrigerante ecológico, atóxico, que não agrida a camada de ozônio e classificado como não inflamável, observadas as normas ambientais e de

segurança vigentes.

5.6.2.1. Na hipótese de indisponibilidade comercial, limitação de oferta ou predominância de tecnologias que utilizem fluidos refrigerantes classificados como de baixa inflamabilidade, poderão ser aceitos equipamentos que utilizem tais fluidos, desde que originalmente projetados pelo fabricante para essa finalidade, possuam certificação aplicável e atendam integralmente às normas técnicas, ambientais e de segurança pertinentes.

5.6.2.2. A utilização de fluido refrigerante de baixa inflamabilidade não poderá comprometer os requisitos de segurança, desempenho, eficiência energética, garantia e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.6.3. Os resíduos eventualmente gerados durante os serviços de instalação deverão receber destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação ambiental aplicável.

5.6.4. A contratada deverá adotar boas práticas ambientais durante a execução dos serviços, evitando desperdícios de materiais e promovendo o descarte adequado de embalagens, cabos, suportes e demais resíduos provenientes da instalação.

5.7. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

5.7.1. A Fundação Municipal de Saúde, entidade Contratante, reserva-se o direito de solicitar do licitante provisoriamente vencedor amostra(s), catálogo(s), ficha(s) técnica(s) ou documentação complementar dos equipamentos ofertados, para fins de avaliação de conformidade e verificação do atendimento às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

5.7.2. Inicialmente, a licitante arrematante ficará dispensada da apresentação física de amostra, desde que as especificações técnicas dos equipamentos sejam devidamente comprovadas por meio de catálogo técnico, ficha técnica do fabricante, manuais ou documentos equivalentes apresentados juntamente com a proposta comercial.

5.7.3. Caso as especificações técnicas exigidas não sejam suficientemente comprovadas por meio da documentação apresentada, a Administração poderá solicitar amostra física do equipamento ofertado, a ser entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da convocação formal, sob pena de desclassificação da proposta.

5.7.4. As amostras deverão ser entregues na Diretoria de Compras Públicas da Fundação Municipal de Saúde - DCP/FMS, situada na Rua 1º de Maio, nº 3006, Bairro Aeroporto, Teresina-PI, em embalagem original, devidamente identificadas com:

- 5.7.4.1. Nome da licitante;
- 5.7.4.2. Número da licitação;
- 5.7.4.3. Número do item correspondente;
- 5.7.4.4. Marca e modelo do equipamento ofertado.

5.7.5. As amostras apresentadas serão avaliadas por equipe técnica designada pela Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, observando-se critérios de conformidade com as especificações técnicas, funcionalidade, eficiência energética, compatibilidade elétrica, acabamento, qualidade construtiva e demais requisitos previstos neste Termo de Referência.

5.7.6. Os equipamentos apresentados como amostra poderão ser manuseados, testados e avaliados pela equipe técnica responsável, não gerando qualquer direito à indenização ou ressarcimento à licitante.

5.7.7. Os resultados das avaliações das amostras serão divulgados por meio do sistema eletrônico utilizado no certame.

5.7.8. Caso a amostra apresentada pelo primeiro colocado seja rejeitada, será convocado o licitante subsequente, observada a ordem de classificação, para apresentação de documentação técnica complementar ou amostra, conforme o caso, até a apuração de proposta que atenda integralmente às exigências do Termo de Referência.

5.7.9. As amostras passíveis de devolução poderão ser retiradas pelos licitantes no prazo de até 20 (vinte) dias úteis após a divulgação do resultado final do certame, findo o qual a Administração poderá promover seu descarte, sem direito a ressarcimento.

5.8. JUSTIFICATIVA PARA A POSSÍVEL EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.8.1. Considerando que a presente contratação tem por objeto o fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado destinados às unidades e setores vinculados à Fundação Municipal de Saúde, justifica-se a previsão da possibilidade de exigência de amostras ou documentação técnica complementar durante a fase de

julgamento das propostas, visando assegurar a conformidade dos equipamentos ofertados com as especificações técnicas exigidas pela Administração.

5.8.2. A exigência encontra respaldo no art. 41, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração, de forma excepcional e mediante justificativa técnica, a solicitar amostras, exames de conformidade ou prova de qualidade dos produtos ofertados.

5.8.3. No presente caso, a solicitação de amostras não ocorrerá de forma automática, sendo restrita às hipóteses em que a documentação técnica apresentada pelo licitante não seja suficiente para comprovar o atendimento integral às especificações do Termo de Referência.

5.8.4. A medida busca resguardar o interesse público, garantindo que os equipamentos fornecidos apresentem níveis adequados de qualidade, eficiência energética, segurança, durabilidade e compatibilidade técnica com as instalações das unidades de saúde da Fundação Municipal de Saúde.

5.8.5. Além disso, a possibilidade de avaliação prática dos equipamentos contribui para mitigação de riscos relacionados ao fornecimento de produtos incompatíveis, inadequados ou de desempenho inferior ao exigido pela Administração, assegurando maior eficiência na contratação e melhor relação custo-benefício para o interesse público.

5.8.6. Dessa forma, a previsão da possível exigência de amostras revela-se tecnicamente adequada, proporcional e juridicamente amparada, observando os princípios da razoabilidade, eficiência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

5.9. REQUISITOS TÉCNICOS

5.9.1. Os aparelhos de ar-condicionado objeto da presente contratação deverão ser novos, de primeiro uso, sem sinais de avaria ou utilização anterior, fornecidos em linha de produção do fabricante, acompanhados de todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, bem como manuais de operação em língua portuguesa.

5.9.2. A instalação deverá observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis da ABNT, normas de segurança do trabalho, recomendações do fabricante e demais regulamentações pertinentes.

5.9.3. Os serviços de instalação deverão ser executados por profissionais qualificados e tecnicamente habilitados, sendo de inteira responsabilidade da contratada quaisquer danos causados às instalações prediais, elétricas ou aos equipamentos durante a execução dos serviços.

5.9.3.1. Quanto ao sistema de compressão, serão admitidos equipamentos dotados de compressor rotativo ou outra tecnologia de compressão tecnicamente equivalente ou superior, desde que originalmente prevista pelo fabricante para o equipamento ofertado e que assegure capacidade frigorífica, desempenho, eficiência energética, segurança, confiabilidade e atendimento aos demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

5.9.3.2. A adoção de tecnologia de compressão diversa da rotativa não poderá implicar redução da capacidade, eficiência energética, segurança, desempenho, durabilidade ou garantia do equipamento, nem gerar qualquer acréscimo de preço para a Administração.

5.9.3.3. Quanto ao fluido refrigerante, deverão ser ofertados, preferencialmente, equipamentos que utilizem fluido ecológico, atóxico, que não agrida a camada de ozônio e classificado como não inflamável, observadas as normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis.

5.9.3.4. Na hipótese de indisponibilidade comercial, limitação de oferta ou predominância, no mercado, de equipamentos que utilizem fluidos refrigerantes classificados como de baixa inflamabilidade, poderão ser aceitos equipamentos que utilizem tais fluidos, desde que tenham sido originalmente projetados pelo fabricante para sua utilização, possuam as certificações aplicáveis e atendam integralmente às normas técnicas, ambientais e de segurança pertinentes.

5.9.3.5. A utilização de fluido refrigerante classificado como de baixa inflamabilidade não poderá comprometer os requisitos de segurança, capacidade, eficiência energética, desempenho, garantia ou quaisquer outras condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.9.4. Ar Condicionado Tipo Split ON/OFF OU INVERTER Hi-Wall, com fornecimento e instalação inclusos, capacidade de 9.000 BTU/h, composto obrigatoriamente por unidade evaporadora e condensadora, gabinete em plástico de alta resistência, controle remoto sem fio, compressor rotativo ou outra tecnologia tecnicamente equivalente ou superior, nos termos dos itens 5.9.3.1 e 5.9.3.2, ciclo frio, tecnologia ON/OFF ou inverter, alimentação elétrica compatível com a rede local, frequência de 60 Hz, baixo consumo de energia, selo PROCEL ou Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, classificação "A", utilizando fluido refrigerante em conformidade com os requisitos estabelecidos nos itens 5.9.3.3 a 5.9.3.5.

5.9.5. Ar Condicionado Tipo Split ON/OFF OU INVERTER Hi-Wall, com fornecimento e instalação inclusos, capacidade de 12.000 BTU/h, composto obrigatoriamente por unidade evaporadora e

condensadora, gabinete em plástico de alta resistência, controle remoto sem fio, compressor rotativo ou outra tecnologia tecnicamente equivalente ou superior, nos termos dos itens 5.9.3.1 e 5.9.3.2, ciclo frio, tecnologia ON/OFF ou inverter, alimentação elétrica compatível com a rede local, frequência de 60 Hz, baixo consumo de energia, selo PROCEL ou Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, classificação "A", utilizando fluido refrigerante em conformidade com os requisitos estabelecidos nos itens 5.9.3.3 a 5.9.3.5.

5.9.6. Ar Condicionado Tipo Split ON/OFF OU INVERTER Hi-Wall, com fornecimento e instalação inclusos, capacidade de 18.000 BTU/h, composto obrigatoriamente por unidade evaporadora e condensadora, gabinete em plástico de alta resistência, controle remoto sem fio, compressor rotativo ou outra tecnologia tecnicamente equivalente ou superior, nos termos dos itens 5.9.3.1 e 5.9.3.2, ciclo frio, tecnologia ON/OFF ou inverter, alimentação elétrica compatível com a rede local, frequência de 60 Hz, baixo consumo de energia, selo PROCEL ou Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, classificação "A", utilizando fluido refrigerante em conformidade com os requisitos estabelecidos nos itens 5.9.3.3 a 5.9.3.5.

5.9.7. Ar Condicionado Tipo Split ON/OFF OU INVERTER Hi-Wall, com fornecimento e instalação inclusos, capacidade de 24.000 BTU/h, composto obrigatoriamente por unidade evaporadora e condensadora, gabinete em plástico de alta resistência, controle remoto sem fio, compressor rotativo ou outra tecnologia tecnicamente equivalente ou superior, nos termos dos itens 5.9.3.1 e 5.9.3.2, ciclo frio, tecnologia ON/OFF ou inverter, alimentação elétrica compatível com a rede local, frequência de 60 Hz, baixo consumo de energia, selo PROCEL ou Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, classificação "A", utilizando fluido refrigerante em conformidade com os requisitos estabelecidos nos itens 5.9.3.3 a 5.9.3.5.

5.9.8. Ar Condicionado Tipo Split ON/OFF OU INVERTER Hi-Wall, com fornecimento e instalação inclusos, capacidade de 30.000 BTU/h, composto obrigatoriamente por unidade evaporadora e condensadora, gabinete em plástico de alta resistência, controle remoto sem fio, compressor rotativo ou outra tecnologia tecnicamente equivalente ou superior, nos termos dos itens 5.9.3.1 e 5.9.3.2, ciclo frio, tecnologia ON/OFF ou inverter, alimentação elétrica compatível com a rede local, frequência de 60 Hz, baixo consumo de energia, selo PROCEL ou Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, classificação "A", utilizando fluido refrigerante em conformidade com os requisitos estabelecidos nos itens 5.9.3.3 a 5.9.3.5.

5.9.9. Ar Condicionado Tipo Split ON/OFF OU INVERTER Piso Teto, com fornecimento e instalação inclusos, capacidade de 36.000 BTU/h, composto obrigatoriamente por unidade evaporadora e condensadora, gabinete em material de alta resistência, controle remoto sem fio, compressor rotativo ou outra tecnologia tecnicamente equivalente ou superior, nos termos dos itens 5.9.3.1 e 5.9.3.2, ciclo frio, tecnologia ON/OFF, inverter ou convencional compatível com o equipamento, alimentação elétrica compatível com a rede local, frequência de 60 Hz, baixo consumo de energia, selo PROCEL ou Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, classificação "A" ou "C", utilizando fluido refrigerante em conformidade com os requisitos estabelecidos nos itens 5.9.3.3 a 5.9.3.5.

5.9.10. Ar Condicionado Tipo Split ON/OFF OU INVERTER Piso Teto, com fornecimento e instalação inclusos, capacidade nominal de 60.000 BTU/h, composto obrigatoriamente por unidade evaporadora e condensadora, gabinete em material de alta resistência, controle remoto sem fio, compressor rotativo ou outra tecnologia tecnicamente equivalente ou superior, nos termos dos itens 5.9.3.1 e 5.9.3.2, ciclo frio, tecnologia ON/OFF, inverter ou convencional compatível com o equipamento, alimentação elétrica compatível com a rede local, frequência de 60 Hz, baixo consumo de energia, selo PROCEL ou Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, classificação "A" ou "C", utilizando fluido refrigerante em conformidade com os requisitos estabelecidos nos itens 5.9.3.3 a 5.9.3.5.

5.9.10.1. Para fins de apresentação e julgamento das propostas, permanece obrigatória a oferta de equipamento Piso Teto com capacidade nominal de 60.000 BTU/h, não sendo admitida, durante a fase licitatória, a oferta de equipamento com capacidade diversa.

5.9.10.2. Durante a execução contratual, caso ocorra impossibilidade superveniente de fornecimento do equipamento contratado, essa circunstância deverá ser formalmente comprovada pela contratada mediante documentação idônea emitida por fabricante, distribuidor ou outro agente da cadeia de fornecimento apto a demonstrar a indisponibilidade do equipamento.

5.9.10.3. Comprovada a situação prevista no item anterior, a Administração poderá, após análise técnica e mediante autorização prévia e expressa, admitir a substituição por equipamento tecnicamente equivalente ou superior, desde que a solução proposta seja compatível com a carga térmica necessária ao ambiente e atenda aos requisitos de tensão, eficiência energética, desempenho, dimensões, segurança, garantia e demais condições técnicas aplicáveis.

5.9.10.4. A eventual substituição autorizada ocorrerá sem qualquer acréscimo de preço para a Administração, permanecendo integralmente sob responsabilidade da contratada todos os custos decorrentes do fornecimento do equipamento substituto, transporte, instalação, materiais, adequações necessárias, garantia e demais despesas relacionadas à substituição.

5.9.10.5. A possibilidade prevista nos itens 5.9.10.2 a 5.9.10.4 constitui medida excepcional aplicável exclusivamente à fase de execução contratual e não autoriza a apresentação, durante a licitação, de proposta com equipamento de capacidade diversa dos 60.000 BTU/h especificados.

5.10. DA TECNOLOGIA ON/OFF OU INVERTER

5.10.1. Quanto à tecnologia de funcionamento dos equipamentos, será admitido o fornecimento de aparelhos com tecnologia ON/OFF ou Inverter, ficando a escolha a critério da contratada, desde que o equipamento ofertado atenda integralmente à capacidade, ciclo, tensão, frequência, eficiência energética, sistema de compressão, fluido refrigerante, segurança, garantia e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

5.10.2. A Administração aceitará equipamentos com tecnologia ON/OFF ou Inverter, sem alteração dos preços máximos registrados, cabendo à licitante considerar em sua proposta todos os custos correspondentes à tecnologia que pretende fornecer.

5.10.3. A escolha entre tecnologia ON/OFF ou Inverter não dará direito a acréscimo de preço, reajuste extraordinário, reequilíbrio econômico-financeiro ou pagamento adicional à contratada exclusivamente em razão da tecnologia adotada.

6. CONDIÇÕES E PRAZOS DOS SERVIÇOS

6.1. Condições de Execução

6.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1.1. A contratação refere-se ao fornecimento e instalação de aparelhos de ar-condicionado tipo split, incluindo equipamentos, materiais, acessórios, suportes, tubulações, cabeamentos, drenos e demais componentes necessários ao pleno funcionamento dos sistemas de climatização.

6.1.1.2. As demandas ocorrerão de forma parcelada, conforme necessidade das Diretorias Técnicas da Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI, mediante emissão de Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento, observados os quantitativos registrados em Ata de Registro de Preços.

6.1.1.3. Caberá à contratada o fornecimento, transporte, entrega e instalação completa dos equipamentos diretamente nas unidades de saúde, setores administrativos e demais imóveis sob responsabilidade das Diretorias demandantes, atendendo às especificações técnicas, condições estruturais e necessidades de cada local de instalação.

6.1.1.4. As instalações serão realizadas conforme cronograma e planejamento definidos pelas Diretorias demandantes, considerando as necessidades das unidades de saúde, setores administrativos e demais imóveis vinculados à Fundação Municipal de Saúde.

6.2. Local e Horário da prestação dos serviços

6.2.1. Os equipamentos deverão ser entregues e instalados diretamente nas unidades de saúde, setores administrativos e demais imóveis vinculados à Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI, conforme indicação da Administração.

6.2.2. A relação das unidades poderá sofrer alterações em razão de ampliações, reformas, mudanças administrativas, desativações ou incorporações de novos imóveis à estrutura da Fundação Municipal de Saúde, cabendo à Administração comunicar previamente à contratada os locais atualizados para execução dos serviços.

6.2.3. As entregas e instalações deverão ocorrer em dias úteis, no horário das 07h às 18h, e aos sábados, no horário das 07h às 12h, mediante prévio agendamento junto ao setor responsável.

6.3. Prazo de Entrega e Instalação

6.3.1. O prazo para fornecimento, entrega, instalação, realização dos testes operacionais e disponibilização dos equipamentos em perfeitas condições de funcionamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento pela contratada.

6.3.1.1. O prazo estabelecido considera a necessidade de disponibilização dos equipamentos, transporte, entrega, agendamento junto às unidades, mobilização de equipe, instalação completa e testes operacionais.

6.3.1.2. A contratada poderá concluir o fornecimento e a instalação em prazo inferior, desde que observadas as condições de acesso e o prévio agendamento com a unidade atendida.

6.3.1.3. Não será exigida da licitante ou da futura contratada a manutenção prévia de estoque físico dos equipamentos em Teresina-PI ou em qualquer outra localidade, considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços e que as aquisições ocorrerão conforme demanda.

6.3.1.4. A inexistência de exigência de estoque prévio não afasta a obrigação da contratada de cumprir o prazo estabelecido na Ordem de Fornecimento.

6.3.2. Os equipamentos a serem instalados deverão ser novos, estar acondicionados em embalagem original, devidamente lacrados, contendo identificação do fabricante, modelo, especificações técnicas, manual de operação em língua portuguesa e certificado de garantia.

6.3.3. Os produtos entregues ou serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, proposta apresentada ou exigências deste Termo de Referência serão rejeitados pela Administração, devendo a contratada providenciar a substituição, correção ou reinstalação no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem ônus adicional para a Contratante.

6.3.4. Todas as despesas relativas ao transporte, entrega, instalação, substituição, retirada, reinstalação ou reposição dos equipamentos correrão exclusivamente por conta da contratada.

6.3.5. Na hipótese de impossibilidade de execução da instalação dos equipamentos em razão de condições inadequadas de infraestrutura, interferências físicas, ausência de adequações necessárias, incompatibilidades técnicas, limitações elétricas, estruturais ou quaisquer outros fatores não atribuíveis à contratada, a Administração deverá comunicar formalmente a ocorrência à contratada, apresentando as informações necessárias para análise da situação.

6.3.6. Identificada a impossibilidade de instalação, as partes deverão adotar as providências necessárias para viabilização da execução dos serviços, incluindo, quando necessário, adequações de infraestrutura, redefinição do local de instalação, remanejamento de equipamentos ou execução de serviços complementares indispensáveis ao adequado funcionamento do sistema de climatização.

6.3.7. Nas hipóteses previstas nos itens anteriores, os prazos de execução poderão ser prorrogados proporcionalmente ao período necessário para solução das pendências identificadas, desde que devidamente justificados pela contratada e formalmente autorizados pela Administração.

6.4. Materiais, Equipamentos e Equipe Técnica

6.4.1. A contratada deverá disponibilizar todos os materiais, ferramentas, equipamentos, insumos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços de instalação dos aparelhos de ar-condicionado.

6.4.2. A instalação deverá contemplar todos os materiais e acessórios necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, incluindo suportes, tubulações, conexões, drenos, isolamentos, cabeamentos e demais componentes indispensáveis à execução dos serviços.

6.4.2.1. Conforme presente na composição de cada item no Anexo IV - Composições Analíticas com Preço Unitário(Ar-Cond) ([15441311](#)), para os equipamentos de 9.000, 12.000 e 18.000 BTU/h, o preço unitário deverá contemplar instalação com distância de até 3,00 m entre as unidades evaporadora e condensadora.

6.4.2.2. Conforme presente na composição de cada item no Anexo IV - Composições Analíticas com Preço Unitário(Ar-Cond) ([15441311](#)), para os equipamentos de 24.000, 30.000, 36.000 e 60.000 BTU/h, o preço unitário deverá contemplar instalação com distância de até 10,00 m entre as unidades evaporadora e condensadora.

6.4.2.3. As metragens compreendem a linha frigorígena completa, com tubulações nos diâmetros indicados pelo fabricante, isolamento térmico, conexões, fixações e interligações necessárias ao funcionamento do equipamento.

6.4.2.4. Também deverão estar incluídos no preço unitário os materiais de drenagem, interligação elétrica entre as unidades, suportes e demais componentes previstos nas composições analíticas e necessários à instalação.

6.4.2.5. O local de instalação deverá ser definido de forma a respeitar as metragens máximas incluídas na composição do item.

6.4.2.6. Instalações que comprovadamente demandem metragem superior à prevista não poderão ser executadas com cobrança adicional sem prévia previsão em item licitado, autorização formal e disponibilidade contratual específica.

6.4.3. Os técnicos e empregados da contratada deverão se apresentar devidamente identificados por meio de uniforme e/ou crachá funcional contendo identificação da empresa e do profissional.

6.4.4. Os serviços de instalação deverão ser executados por equipe tecnicamente capacitada, sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado na forma prevista no item 4.12, observadas as normas técnicas aplicáveis da ABNT, as normas de segurança do trabalho, as recomendações dos fabricantes e demais regulamentações pertinentes.

6.4.4.1. Antes do início dos serviços de instalação, deverá ser apresentada à fiscalização a respectiva ART ou TRT, conforme o sistema profissional aplicável, não sendo admitido o início da instalação sem a formalização da correspondente responsabilidade técnica.

6.5. Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

6.5.1. O prazo de garantia contratual dos equipamentos e dos serviços de instalação será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo da garantia legal e da garantia eventualmente ofertada pelo fabricante em prazo superior.

6.5.2. Durante o período de garantia, a contratada deverá realizar, sem ônus para a Administração, os reparos, substituições, correções e demais serviços necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos instalados.

6.5.3. A garantia abrange a manutenção corretiva dos equipamentos, compreendendo substituição de peças, ajustes, reparos, correções e demais intervenções necessárias à eliminação de defeitos de fabricação, instalação ou funcionamento.

6.5.4. As peças substituídas durante o período de garantia deverão ser novas, originais, de primeiro uso e compatíveis com os equipamentos fornecidos.

6.5.5. A contratada deverá realizar o atendimento das solicitações de garantia no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis após a comunicação formal da Administração.

6.5.6. O prazo para conclusão dos serviços de reparo ou substituição dos equipamentos defeituosos será de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da solicitação formal da Contratante.

6.5.7. Todos os custos relacionados ao transporte, retirada, reinstalação, manutenção ou substituição dos equipamentos durante o período de garantia serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

6.5.8. A garantia dos equipamentos deverá ser prestada diretamente pela contratada ou por assistência técnica autorizada pelo fabricante.

7. PROPOSTA

7.1. A PROPONENTE deverá apresentar proposta comercial conforme modelo constante no ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS, devidamente preenchida, observando as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e demais documentos da contratação, com prazo de validade mínima de 90 (noventa) dias.

7.2. A proposta deverá ser elaborada com base na planilha orçamentária constante do Anexo I - Planilha Orçamentária Completa (Ar-Condicionado) ([15441292](#)), devendo conter os valores unitários e totais dos itens ofertados.

7.3. Nos preços ofertados deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos necessários à integral execução do objeto, incluindo fornecimento dos equipamentos, instalação completa, materiais, acessórios, suportes, tubulações, conexões, drenos, cabeamentos, mão de obra, transporte, frete, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, seguros, BDI e demais despesas incidentes sobre a contratação.

7.4. Os preços unitários e totais ofertados não poderão ser superiores aos valores estimados pela Administração constantes da planilha orçamentária de referência.

7.5. A proposta deverá indicar obrigatoriamente a marca e o modelo dos equipamentos ofertados, bem como atender integralmente às especificações técnicas mínimas exigidas neste Termo de Referência.

7.6. A apresentação da proposta implicará plena aceitação das condições estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência e em seus anexos.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado para a contratação é de **R\$ 3.876.002,58 (três milhões, oitocentos e setenta e seis mil, dois reais e cinquenta e oito centavos)**.

8.1.1. O valor estimado da contratação foi definido pelo Anexo I - Planilha Orçamentária Completa (Ar-Condicionado) ([15441292](#)), elaborado pela Gerência de Engenharia e Arquitetura da Fundação Municipal de Saúde, considerando composições de custos específicas para o fornecimento e instalação dos aparelhos de ar-condicionado e quantitativo especificado pelos levantamentos das diretorias técnicas.

8.1.2. Para elaboração das composições orçamentárias e definição dos preços estimados foram utilizadas bases oficiais de referência compatíveis com o objeto e com a realidade da Administração Pública, a

saber: SINAPI - 04/2026 - Piauí; ORSE - 02/2026 - Sergipe; AGESUL - 01/2026 - Mato Grosso do Sul; EMOP - 03/2026 - Rio de Janeiro.

8.1.3. As composições de custos contemplam o fornecimento dos equipamentos, materiais acessórios, insumos, mão de obra, transporte, instalação completa, testes operacionais e demais elementos necessários à perfeita execução do objeto.

8.1.4. A utilização das referidas bases oficiais visa assegurar a compatibilidade dos preços estimados com os valores praticados no mercado, observando os princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade e vantajosidade para a Administração Pública.

8.1.5. A revisão e atualização dos preços registrados na futura Ata de Registro de Preços observarão o disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, mediante comprovação formal da necessidade e autorização da autoridade competente.

8.1.6. A atualização dos preços registrados será realizada mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, tendo como termo inicial a data da apresentação da proposta, desde que decorrido o prazo mínimo de 01 (um) ano.

8.1.7. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial será contado a partir do término do período que deu origem à atualização anteriormente concedida.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente todas as disposições constantes no Edital, neste Termo de Referência, na proposta apresentada e na legislação aplicável, assumindo exclusivamente os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto, cabendo-lhe, ainda:

9.1.1. Fornecer e instalar os aparelhos de ar-condicionado objeto da contratação, incluindo todos os materiais, acessórios, suportes, tubulações, conexões, drenos, isolamentos, cabeamentos, ferramentas, mão de obra e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos.

9.1.2. Executar os serviços de instalação em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da ABNT, regulamentações do INMETRO, Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho e demais legislações pertinentes.

9.1.3. Entregar os equipamentos novos, sem uso anterior, acondicionados em embalagem original do fabricante, acompanhados de manuais em língua portuguesa, certificados de garantia, controle remoto e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento.

9.1.4. Responsabilizar-se pela qualidade, segurança, eficiência e perfeito funcionamento dos equipamentos fornecidos e instalados.

9.1.5. Realizar a entrega e instalação dos equipamentos diretamente nas unidades indicadas pelas Diretorias Técnicas da Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI, observando as condições específicas de cada local e os prazos estabelecidos pela Administração.

9.1.6. Comunicar formalmente à Contratante, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, qualquer fato que impossibilite o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando as devidas justificativas e comprovações.

9.1.7. Disponibilizar equipe técnica capacitada, em quantidade suficiente para a adequada execução dos serviços, devidamente identificada mediante uniforme e/ou crachá, com utilização dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPCs necessários.

9.1.7.1. Manter profissional legalmente habilitado responsável pelos serviços de instalação, observadas as categorias profissionais e atribuições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.1.7.2. Formalizar, antes do início dos serviços, o vínculo com o profissional responsável técnico indicado na licitação, caso ainda não esteja constituído, bem como providenciar e apresentar à fiscalização a respectiva ART ou TRT, conforme o sistema profissional aplicável.

9.1.7.3. Não iniciar os serviços de instalação antes da formalização da responsabilidade técnica correspondente.

9.1.7.4. Substituir o profissional responsável técnico somente mediante prévia aprovação da Administração e por profissional de qualificação equivalente ou superior, com atribuições compatíveis com o objeto.

9.1.8. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários, transporte, seguros e demais despesas decorrentes da execução contratual.

9.1.9. Reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, no prazo fixado pela fiscalização, os serviços executados ou equipamentos fornecidos que apresentarem vícios, defeitos, avarias, falhas de funcionamento ou desconformidade com as especificações exigidas.

9.1.10. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração, às instalações prediais, à rede elétrica, aos equipamentos existentes ou a terceiros, decorrentes de dolo, culpa, negligência, imprudência ou imperícia na execução dos serviços.

9.1.11. Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

9.1.12. Atender prontamente às determinações emitidas pela fiscalização, pelo gestor do contrato ou pela autoridade competente, prestando todos os esclarecimentos solicitados.

9.1.13. Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência anormal, acidente, dano, irregularidade técnica ou situação que possa comprometer a execução dos serviços ou o funcionamento das unidades atendidas.

9.1.14. Paralisar, por determinação da Administração, qualquer atividade que esteja sendo executada em desacordo com as normas técnicas, de segurança ou com as especificações contratuais.

9.1.15. Manter os locais de execução dos serviços limpos, organizados e em condições adequadas de segurança e higiene durante toda a execução contratual.

9.1.16. Realizar, quando necessário, a desinstalação de equipamentos existentes, observando os procedimentos técnicos adequados e preservando a infraestrutura das unidades.

9.1.17. Responsabilizar-se pelo transporte, carregamento, descarregamento e movimentação dos equipamentos até os locais de instalação, garantindo a integridade dos produtos.

9.1.18. Garantir assistência técnica, manutenção corretiva e substituição dos equipamentos defeituosos durante o prazo de garantia, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

9.1.19. Executar os serviços de garantia e manutenção corretiva no prazo máximo estabelecido pela Administração, contado da comunicação formal da ocorrência.

9.1.20. Promover a destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados durante a instalação, desinstalação ou manutenção dos equipamentos, observando a legislação ambiental vigente.

9.1.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução contratual, não podendo utilizá-las ou divulgá-las sem autorização formal da Administração.

9.1.22. Cumprir a reserva legal de cargos destinada à pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, quando aplicável, nos termos da legislação vigente.

9.1.23. Não permitir a utilização de trabalho de menores em desconformidade com a legislação trabalhista vigente.

9.1.24. Observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), adotando medidas de segurança adequadas para proteção de dados eventualmente acessados em razão da execução contratual.

9.1.25. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/1990.

9.1.26. Quando não for possível a verificação da regularidade por meio dos sistemas oficiais disponíveis, apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e fundiária exigidas para fins de pagamento.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços, contrato e demais documentos da contratação.

10.2. Receber os equipamentos e serviços nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

10.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução contratual, por intermédio dos fiscais designados pelas Diretorias Técnicas demandantes da Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI.

10.4. Notificar a Contratada, por escrito, acerca de vícios, defeitos, falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas nos equipamentos fornecidos ou nos serviços executados, para que sejam corrigidos, reparados, substituídos ou refeitos às suas expensas.

10.5. Fornecer à Contratada as informações, orientações e autorizações necessárias para acesso às unidades e adequada execução do objeto contratual.

10.6. Comunicar à Contratada a emissão da Nota de Empenho, Ordens de Fornecimento, Ordens de Serviço ou documentos equivalentes necessários à execução contratual.

10.7. Efetuar o pagamento devido à Contratada, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos, após o recebimento definitivo do objeto e atesto da fiscalização competente.

10.8. Aplicar à Contratada as sanções administrativas previstas na legislação vigente e neste Termo de Referência, quando constatado descumprimento contratual.

10.9. Adotar as providências cabíveis para apuração de irregularidades verificadas durante a execução do contrato, inclusive mediante instauração de processo administrativo, quando necessário.

10.10. Emitir decisão sobre solicitações e requerimentos apresentados pela Contratada relacionados à execução contratual, observados os prazos legais e regulamentares aplicáveis.

10.11. Responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro eventualmente apresentados pela Contratada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por danos causados a terceiros decorrentes de atos da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.13. Realizar, quando necessário, pesquisas de mercado e avaliações periódicas para verificação da vantajosidade dos preços registrados em Ata de Registro de Preços.

10.14. Proporcionar as condições necessárias para que a Contratada possa executar adequadamente o objeto, observadas as normas de segurança e funcionamento das unidades de saúde da Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 22.166, de 24 de fevereiro de 2022, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

11.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

11.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

11.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

11.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

11.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

11.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

11.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

11.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

11.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11.8.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO

12.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, no local e endereço indicados neste Termo de Referência.

12.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo serem substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

12.1.8. Todas as despesas necessárias à substituição ou à reposição de material porventura entregue em desacordo correrão por conta da Contratada.

12.1.9. Todos os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagem original da fábrica, contendo externamente dados do fabricante e conteúdo da embalagem. Os rótulos/instruções de

uso/manual, com todas as informações sobre os produtos deverão ser em língua portuguesa.

12.1.10. Os produtos não devem ser estocados próximos a gás liquefeito de petróleo e outros produtos potencialmente tóxicos para evitar a contaminação ou impregnação de odores indesejáveis.

12.1.11. O produto a ser entregue deverá atender ao disposto na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações pertinentes.

12.2. LIQUIDAÇÃO

12.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

12.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

12.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sistema de Registro Cadastral ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/21.

12.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao Sistema de Registro Cadastral para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.2.6. Constatando-se, junto ao Sistema de Registro Cadastral, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Sistema de Registro Cadastral.

12.3. PAGAMENTO

12.3.1. O pagamento será realizado em até 30 dias corridos, contados da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicado pelo contratado, preferencialmente, na instituição financeira Banco do Brasil S.A.

12.3.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar à Contratante solicitação de pagamento, devidamente protocolada, acompanhada dos documentos abaixo relacionados:

12.3.2.1. Cópia legível do empenho;

12.3.2.2. Nota fiscal ou nota fiscal-fatura, devidamente atestada, encaminhada pelo responsável pelo recebimento do produto ou serviço à Contratante, sanadas as irregularidades constatadas.

12.3.2.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS fornecido pela CEF - Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.

12.3.2.4. Certidão de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

12.3.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

12.3.2.6. Cópias do Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços e Aditivos (quando houver).

12.3.3. Para início do procedimento de pagamento pela Administração, é imprescindível à Contratada a abertura de Processo Administrativo de Pagamento, a ser realizada por meio de processo eletrônico através do Sistema Eletrônico Informações - SEI. Para tanto, necessário o cadastro de usuário das empresas/fornecedores responsáveis pela solicitação de pagamento no site <https://prodater.pmt.pi.gov.br/processoeletronico>, sob orientação e acompanhamento da PRODATER, pelo número 3215-7592, e-mail: processoeletronico@pmt.pi.gov.br;

12.3.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado.

12.3.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, a Contratada será notificada para que providencie as medidas saneadoras.

12.3.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.3.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.3.8. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.3.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.3.10. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.3.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

12.3.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

12.3.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.3.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.3.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = 0,00016438
I = (6/100)	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

13. DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, quer seja, a data em que os dados de pesquisa de preço serão juntados aos autos do processo de contratação.

13.2. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula, consoante art. 5º do Decreto Federal nº 1.054/94:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13.9. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Gestor do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, conforme exposto no Decreto Municipal nº 25.627/24.

13.10. Quando o preço registrado, por motivo superveniente e devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor do contrato deverá:

13.10.1. convocar o fornecedor ou prestador do serviço visando à negociação para redução do preço e à sua adequação ao praticado pelo mercado;

13.10.2. frustrada a negociação, o fornecedor ou prestador do serviço será liberado do compromisso assumido;

13.10.3. convocar os demais fornecedores ou prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação.

13.11. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor ou prestador de serviço, mediante requerimento e comprovação, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

13.11.1. liberar o fornecedor ou o prestador de serviço do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da autorização do fornecimento ou da emissão da nota de empenho;

13.11.2. convocar os demais fornecedores e prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação.

13.12. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14. JUSTIFICATIVA DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DA ATA E DA VIGÊNCIA DOS CONTRATOS

14.1. DA JUSTIFICATIVA DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1.1. A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços - SRP, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 25.627/2024, considerando a necessidade de futuras e eventuais aquisições e instalações de aparelhos de ar-condicionado destinados às unidades vinculadas à Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI.

14.1.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da natureza variável e imprevisível das demandas das Diretorias Técnicas da FMS, especialmente diante da necessidade de substituição de equipamentos inservíveis, ampliação de ambientes climatizados, implantação de novos serviços e atendimento de demandas supervenientes das unidades de saúde.

14.1.3. O Sistema de Registro de Preços proporciona maior eficiência administrativa, economicidade e flexibilidade operacional, permitindo que as contratações ocorram conforme a necessidade da Administração, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

14.1.4. A utilização do SRP apresenta as seguintes vantagens para a Administração Pública:

- a) atendimento contínuo e eficiente das demandas das unidades de saúde;
- b) redução da necessidade de formação e manutenção de estoque físico;
- c) padronização dos equipamentos adquiridos e dos serviços executados;
- d) redução do número de processos licitatórios e dos custos administrativos;
- e) maior agilidade nas contratações e execuções;
- f) melhor planejamento orçamentário e financeiro;
- g) possibilidade de atendimento de demandas emergenciais e supervenientes.

14.2. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.2.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada pelos órgãos participantes da licitação e, mediante autorização do órgão gerenciador e observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, por órgãos ou entidades não participantes.

14.2.2. Os órgãos ou entidades que não participaram do certame, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar interesse junto ao órgão gerenciador, observadas as condições e limites previstos na legislação vigente.

14.2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão de órgão não participante, desde que não haja prejuízo às obrigações anteriormente assumidas.

14.2.4. As adesões à Ata de Registro de Preços observarão os limites quantitativos estabelecidos no Decreto Municipal nº 25.627/2024 e demais normas aplicáveis.

14.3. DA COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO GERENCIADOR

14.3.1. Compete ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços:

- a) gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- b) controlar os quantitativos registrados;
- c) promover os atos necessários à formalização da Ata e dos contratos dela decorrentes;
- d) conduzir eventuais negociações, revisões e atualizações dos preços registrados;
- e) aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento da Ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa;
- f) autorizar, quando cabível, adesões de órgãos não participantes.

14.4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.4.1. O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 25.627/2024, especialmente nos casos de:

- a) descumprimento das condições da Ata de Registro de Preços;
- b) recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar instrumento equivalente;
- c) não manutenção das condições de habilitação exigidas;
- d) não aceitação da redução dos preços registrados quando superiores aos praticados no mercado;
- e) ocorrência de fato superveniente decorrente de caso fortuito, força maior ou interesse público devidamente justificado.

14.4.2. O cancelamento do registro será formalizado mediante processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.5. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, **contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP**, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

14.5.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

14.5.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

14.6. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA

14.6.1. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura contratual, na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.6.2. Os contratos poderão ser prorrogados nos casos legalmente admitidos, desde que demonstrada a manutenção da vantajosidade para a Administração Pública.

14.6.3. O prazo de vigência contratual poderá ser automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período inicialmente estabelecido, ressalvadas as providências cabíveis nos casos de culpa da contratada, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.7. DA REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.7.1. Os preços registrados poderão ser revisados, atualizados ou renegociados nas hipóteses previstas na legislação aplicável, mediante comprovação da ocorrência de fatos supervenientes que alterem os custos inicialmente pactuados ou em razão de variações dos preços praticados no mercado.

14.7.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração poderá convocar o fornecedor para negociar a redução dos preços registrados.

14.7.3. O fornecedor poderá solicitar revisão dos preços registrados mediante comprovação de fato superveniente que inviabilize a manutenção das condições inicialmente pactuadas.

14.7.4. O reajuste dos preços registrados observará o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

15. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensinar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas, as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art.156,§ 2º, da Lei nº 14.133/21);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21).

d) **Multa**:

1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite do 30º (trigésimo) dia;

2. moratória de 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, após o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades, limitada ao 60º (sexagésimo) dia de atraso;

2.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

15.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei 14.133/21).

15.4. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7, da Lei 14.133/21).

15.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133 de 2021).

15.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei 14.133/21):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito com o Contratado, observados em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133 de 2021).

15.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CNEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art.161, da Lei nº 14.133/21).

15.13. Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13/04/2022.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

16.1. O Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.1.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3. As alterações previstas neste item do Termo de Referência serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

17. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

17.1. A inexecução total ou parcial do instrumento contratual resultantes do presente registro de preços enseja a sua rescisão, sem prejuízo das sanções e consequências previstas neste instrumento contratual, na legislação pertinente e em regulamento, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O instrumento contratual resultante do presente registro de preços poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, com as consequências indicadas no artigo 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

17.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

17.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções e consequências previstas no instrumento contratual, na legislação pertinente e em regulamento.

17.5. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

- 17.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos, atualizado;
- 17.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 17.5.3. Indenizações e multas.

17.6. A rescisão do instrumento contratual poderá ser, conforme artigo 138 da Lei 14.133/2021:

17.6.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

17.6.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

17.6.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.8. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) devolução da garantia;
- b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) pagamento do custo da desmobilização.

17.9. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

17.9.1. assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

17.9.2. ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

17.9.3. execução da garantia contratual para:

- a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

17.9.4. retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

17.9.5. A aplicação das medidas previstas nos incisos 17.9.1 e 17.9.2 ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

17.9.6. Na hipótese do inciso 17.9.2, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Presidente da Fundação Municipal de Saúde.

18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

18.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

18.1.2. O julgamento das propostas será realizado com o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM.**

18.1.3. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, a ser fixado no instrumento convocatório.

18.1.4. Os valores que permanecerem acima, salvo na hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo, do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) item(s), nesta fase, serão desclassificados.

18.1.5. É permitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

18.1.6. A proposta deverá conter:

18.1.6.1. Nome da proponente, endereço completo, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou no Distrito Federal;

18.1.6.2. Preço unitário e total do(s) item(s), devendo estarem inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação (Havendo divergência entre os preços unitários e total, prevalecerá o primeiro e, se a divergência for entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso).

18.1.7. Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar à DCP/FMS, por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentada e consularizado.

18.1.8. A proposta deverá conter correio eletrônico (e-mail) e número de telefone válidos para eventuais comunicações, inclusive notificações.

18.2. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.2.1. As propostas deverão ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega e serão selecionadas pelo critério MENOR PREÇO, por item.

18.2.2. As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas do Termo de Referência com respectivas marcas, modelos e preços dos produtos ofertados.

18.2.3. As propostas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento serão desclassificadas.

18.2.4. É indispensável o parecer técnico, que será emitido por setor técnico do órgão demandante, para os produtos especificados neste Termo de Referência, quando se tratar de objeto de alta complexidade.

18.2.5. A proposta de preços deverá estar em papel timbrado, datada, assinada, com especificações em conformidade com o solicitado, contendo indicação clara e detalhada do produto.

18.2.6. O licitante deverá consignar na proposta o valor unitário e o valor total dos itens para os quais deseja concorrer.

18.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá a empresa licitante comprovar os seguintes requisitos:

18.3.1. Habilitação Jurídica

18.3.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

18.3.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

18.3.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.3.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

18.3.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.3.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

18.3.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

18.3.1.8. **Inexistência de Vínculo com a Contratante:** Declaração expressa do licitante informando que nenhum de seus sócios, administradores, gerentes ou responsáveis legais possui vínculo empregatício,

estatutário, comissionado ou de qualquer outra natureza com a Fundação Municipal de Saúde (FMS), em conformidade com o disposto no art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

18.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

18.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

18.3.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

18.3.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

18.3.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

18.3.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.3.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

18.3.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

18.3.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123/06, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

18.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

18.3.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (Decreto Municipal nº 23.847, de 2023), ou de sociedade simples;

18.3.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

18.3.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

18.3.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação .

18.3.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º)

18.3.3.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

18.3.3.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

18.3.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

18.3.4.1. Para fins de qualificação técnico-operacional, a licitante deverá apresentar um ou mais Atestados de Capacidade Técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente datados e assinados por representante competente, com identificação legível do signatário, comprovando que a licitante executou fornecimento OU instalação de aparelhos de ar-condicionado, ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto.

18.3.4.1.1. Será admitida a apresentação e o somatório de atestados para comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante.

18.3.4.1.2. Não será exigida experiência cumulativa em fornecimento e instalação, sendo suficiente a comprovação de experiência em qualquer uma dessas atividades, sem prejuízo da possibilidade de apresentação de atestados que contemplem ambas.

18.3.4.1.3. Não será exigido quantitativo mínimo de equipamentos, capacidade térmica mínima em BTU/h ou execução anterior de modelos idênticos aos licitados, desde que os documentos apresentados demonstrem experiência pertinente e compatível com o objeto da contratação.

18.3.4.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a razão social, CNPJ, endereço, telefone e, quando disponível, endereço eletrônico do emitente, ou outros elementos que possibilitem eventual diligência da Administração para confirmação das informações prestadas.

18.3.4.2.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou de qualquer filial da licitante.

18.3.4.2.2. A Administração poderá promover diligências para confirmar a autenticidade, a veracidade e o conteúdo das informações constantes dos atestados apresentados.

18.3.4.3. Para fins de qualificação técnico-profissional, a licitante deverá indicar profissional legalmente habilitado para assumir a responsabilidade técnica pelos serviços de instalação dos equipamentos objeto da contratação, admitindo-se:

I - Engenheiro Mecânico, regularmente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA; ou

II - Técnico em Refrigeração e Ar-Condicionado, Técnico em Mecânica ou Técnico em Eletromecânica, regularmente registrado no Conselho Regional dos Técnicos Industriais - CRT, desde que possua atribuições profissionais compatíveis com os serviços objeto da contratação.

18.3.4.4. Não será exigido que o profissional indicado integre o quadro permanente da licitante na data da licitação, bastando a comprovação de que estará disponível para a futura execução dos serviços.

18.3.4.4.1. A disponibilidade do profissional poderá ser comprovada mediante um dos seguintes documentos:

I - carteira de trabalho ou ficha de registro de empregado;

II - contrato social, estatuto ou ato constitutivo, quando o profissional integrar o quadro societário da licitante;

III - contrato de trabalho;

IV - contrato de prestação de serviços;

V - declaração de disponibilidade;

VI - compromisso de contratação futura ou de vínculo profissional futuro; ou

VII - outro documento juridicamente idôneo que demonstre a disponibilidade do profissional para a futura execução contratual.

18.3.4.5. A licitante deverá apresentar documento que comprove a regularidade do registro do profissional indicado perante o CREA ou CRT, conforme o caso, de acordo com a categoria profissional e as atribuições necessárias à execução dos serviços.

18.3.4.5.1. A exigência prevista neste item refere-se exclusivamente ao registro do profissional responsável técnico, não sendo exigido, para fins de habilitação nesta licitação, registro da pessoa jurídica licitante perante o CREA ou CRT.

18.3.4.6. A aceitação do profissional indicado dependerá da compatibilidade de suas atribuições legais com a natureza e a complexidade dos serviços de instalação previstos na contratação, podendo a Administração promover diligência perante o respectivo conselho profissional.

18.3.4.7. A indicação do profissional na fase de habilitação vinculará a licitante para fins da futura execução contratual.

18.3.4.8. O profissional indicado somente poderá ser substituído por outro de qualificação equivalente ou superior, mediante solicitação formal da contratada e aprovação prévia da Administração.

18.3.4.9. Caso o vínculo jurídico com o profissional indicado ainda não esteja constituído na fase de habilitação, a licitante vencedora deverá formalizá-lo antes do início da execução dos serviços.

18.3.4.10. Antes do início dos serviços de instalação, o responsável técnico deverá registrar e apresentar à fiscalização o respectivo documento de responsabilidade técnica:

I - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quando vinculado ao Sistema CONFEA/CREA; ou

II - Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, quando vinculado ao Sistema CFT/CRT.

18.3.4.11. A ART ou o TRT deverá abranger os serviços efetivamente executados no âmbito da contratação e observar as atribuições profissionais, as condições da respectiva Ordem de Fornecimento e a legislação aplicável.

18.3.4.12. A ausência da ART ou TRT impedirá o início dos serviços de instalação, sendo eventual atraso decorrente dessa ausência imputável à contratada, sem prejuízo das medidas contratuais cabíveis.

18.3.4.13. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, inclusive dos serviços de instalação dos equipamentos, nos termos das disposições do Edital e do Termo de Referência.

18.3.5. Documentação Complementar

18.3.5.1. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos da Lei 14.133/2021, conforme modelo constante no Anexo XI ([15433821](#)) do presente Termo de Referência. Assinatura sob carimbo devidamente identificada do Representante Legal da Empresa proponente (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos);

18.3.5.2. Declaração do Representante Legal da Empresa de que não foi declarada inidônea por qualquer órgão da administração direta ou indireta, inclusive fundação nos níveis Federal, Estadual ou Municipal e nem está suspensa do direito de licitar por qualquer órgão da administração direta ou indireta inclusive fundações ao nível do Município de Teresina-PI, conforme modelo constante no Anexo XII ([15434653](#)) ao presente termo;

18.3.5.3. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, conforme modelo constante no Anexo XIII ([15434703](#)) do presente termo. Assinatura sob carimbo devidamente identificada do Representante Legal da Empresa proponente (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos);

18.3.5.4. Declaração de Responsabilidade, conforme modelo constante no Anexo XIV ([15434761](#)) deste termo, devidamente assinada. Assinatura sob carimbo devidamente identificada do Representante Legal da Empresa proponente (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos);

18.3.5.5. Para as licitantes que se declararem como microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de atendimento aos requisitos de habilitação para micro e pequenas empresas, conforme modelo constante no Anexo XV ([15434870](#)) do presente termo. Assinatura sob carimbo devidamente identificada do Representante Legal da Empresa proponente (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos);

18.3.5.6. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo constante no Anexo XVI ([15434915](#)) deste termo.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

19.1. Considerando o Decreto Municipal Nº 25.627, de 1º de Fevereiro de 2024 que regulamenta os arts. 82 a 86, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o **Sistema de Registro de Preços** para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, determina que:

"Seção IV

Da disponibilidade orçamentária

Art. 17. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, **sendo obrigatória, no entanto, a indicação dos códigos do elemento de despesa** e do item do material/serviço constante do Catálogo de Materiais e Serviços adotado pelo Município."

19.1.1. Portanto, a "Dotação Orçamentária" e respectiva(s) disponibilidade(s) orçamentárias, **nesta data**, para atender aos contratos firmados com a Fundação Municipal de Saúde de Teresina

para o exercício de 2026.

Despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente.

Unidade: 001 - Fundação Municipal de Saúde.

Ação Programática: 4 . 088 - Manutenção e Estruturação de Estabelecimentos da Atenção Primária em Saúde.

Ação Programática: 4 . 089 - Manutenção e Estruturação de Estabelecimentos da Atenção Especializada em Saúde.

Ação Programática: 4 . 090 - Manutenção e Estruturação de Estabelecimentos de Vigilância em Saúde.

Fontes de Recursos:

659 - Outros Recursos Vinculados à Saúde - Serviços de Saúde.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. As normas disciplinadoras da Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

20.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

20.3. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

20.4. É facultado à Administração, nos termos do art. 59, §2º e art. 69 da Lei Federal nº 14.133/21, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

20.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver, comprovadamente, suportado no cumprimento do contrato.

20.6. A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Termo de Referência e do Edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas.

20.7. Os casos omissos serão submetidos a parecer da Assessoria Jurídica - AJU-FMS e resolvidos de conformidade com o preceituado na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 25.627/24 e demais legislação vigente.

20.8. Fica eleito o Foro da Comarca de Teresina, PI, para dirimir litígios resultantes da aplicação deste Termo de Referência.



Documento assinado eletronicamente por **Hélio Soares Freire Filho, Chefe de Núcleo**, em 01/10/2026, às 10:39, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Fátima de Sousa, Diretor da Atenção Básica - DAB**, em 01/10/2026, às 11:14, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Gina Nogueira Matias, Diretora de Assistência Especializada**, em 01/10/2026, às 14:43, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Walfrido Salmito de Almeida Neto, Diretor Executivo da FMS**, em 02/10/2026, às 11:21, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Leopoldina Cipriano Feitosa, Presidente da Fundação Municipal de Saúde**, em 08/10/2026, às 13:37, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **16876964** e o código CRC **17DFA9BE**.

Referência: Processo nº 00045.032548/2025-42

SEI nº 16876964

Rua Gov. Artur Vasconcelos, 3015 - Bairro Aeroporto - - CEP 64002-530 - Teresina - PI
- <http://fms.teresina.pi.gov.br/>